

# As associações profissionais e os desafios da internacionalização

**Tribuna** **A crise e os engenheiros**  
**Carlos Matias Ramos**

**A** atual crise económica e financeira internacional e as consequências nas diferentes economias induziram a necessidade não só de repensar os modelos económicos que têm vindo a ser adotados mas também o modo como, de forma ajustada e a curto prazo, se conseguem minimizar os efeitos dessa crise, que afetou diversos países e, em particular, os europeus.

A importância crescente da competitividade da economia e a sua globalização conduziram à exigência na obtenção de vantagens competitivas, através da valorização da procura de mais-valias diferenciadoras, só possível através da inovação, do aumento da produtividade e da eficiência, através de um ajustamento estrutural.

Este ajustamento, em termos conjunturais, dada a dimensão dos mercados internos, em particular do português, passa por uma política que tenha em conta a procura de novos mercados, por uma maior exposição ao exterior e, consequentemente, por uma maior procura de novas fontes de vantagem competitiva, de qualificação da oferta, de redes de parceiros, obrigando a um esforço de competências e de cooperação estratégica.

A internacionalização e a mobilidade dos profissionais de engenharia são, neste contexto, a chave do sucesso para um crescimento sustentável e para a melhoria de rentabilidade das nossas empresas e para a redução dos riscos associados ao desemprego, sobretudo considerando que a engenharia portuguesa se tem evidenciado com reconhecimento internacional.

A internacionalização passa também, e de forma



**A internacionalização e a mobilidade dos profissionais de engenharia são a chave do sucesso para um crescimento sustentável e para a redução dos riscos associados ao desemprego**



JOSÉ CARLOS COELHO

relevante, pelo estabelecimento de parcerias e de protocolos de cooperação entre associações profissionais de engenharia de diversos países, designadamente dos que dispõem de maiores afinidades técnicas e culturais e um passado de relações institucionais potenciadoras dessa cooperação.

Porque acreditamos que os desafios da internacionalização só poderão ser vencidos com uma engenharia de qualidade, que não tem fronteiras e nem alfândegas do pensamento; porque acreditamos que a engenharia aproxima os povos e porque as nossas apostas de exigência e rigor no exercício da profissão de engenheiro são preocupações comuns às diversas associações profissionais; a Ordem dos Engenheiros promoveu, a 13 e 14 de março, o Encontro das Associações Profissionais de Engenheiros Cívicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana.

A realização deste encontro aconteceu num período em que um número significativo de países que têm como língua-mãe o português e o castelhano, integrando o universo de mais de 630 milhões de habitantes, vive transformações profundas nas suas bases económicas e financeiras, nos seus modelos de desenvolvimento, no aproveitamento dos seus recursos, nas suas políticas administrativas e nas suas estruturas sociais, apresentando taxas de crescimento da ordem dos 6% e, nalguns casos, como Angola e Moçambique, com valores da ordem dos dois dígitos.

A realização deste encontro teve dois propósitos fundamentais: aproximar os engenheiros cívicos dos diversos países que constituem aquele universo, possibilitando um melhor conhecimento das capacidades, vontades e disponibilidades existentes, estimulando a criação de uma plataforma entre as associações profissionais que constituem o Conselho das Associações Profissionais de Engenheiros Cívicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana; e estabelecer mecanismos que permitam uma cooperação entre estas associações com vista a possibilitar a mobilidade dos engenheiros dos países que o constituem, na certeza de que assim estamos a contribuir para uma valorização da capacidade de resposta na lógica de garantir uma engenharia de qualidade competitiva ao serviço dos respetivos povos.

Face às diferenças existentes nos sistemas de admissão e registo impostos por diversas associações, foi estabelecido que seria realizado um estudo que permita determinar o enquadramento do exercício e das competências profissionais exigidas em cada um dos países, com vista a estabelecer critérios objetivos de reconhecimento mútuo e de mobilidade dos engenheiros cívicos nos diversos países.

Salienta-se que, com o propósito de facilitar a mobilidade, existem já acordos de cooperação válidos assinados entre a Ordem dos Engenheiros de Portugal e as Ordens dos Engenheiros de Angola, Cabo Verde e Moçambique, e com o Colégio de Engenheiros do Peru e a Sociedade Colombiana de Engenheiros. Aguarda-se a validação, por parte do Confea do Brasil, do acordo assinado em novembro de 2011.

